



CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES

latindex  IDEAS EconPapers DOAJ  Dialnet

IDEIAS DE DESENVOLVIMENTO E CIDADES PLANEJADAS NA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XX¹

Amanda Cardoso Barbosa e Silveira²
(UNIMONTES - amanda.barbosa@unimontes.br)

Elton Dias Xavier³
(UNIMONTES – eltondx@hotmail.com)

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Amanda Cardoso Barbosa e Silveira y Elton Dias Xavier: “Ideias de desenvolvimento e cidades planejadas na américa latina no século XX”, Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (Vol 1, Nº 7 julio-septiembre 2021, pp. 1-12). En línea:
<https://doi.org/10.51896/CCS/FKLQ2986>

RESUMO

Em âmbito global, o século XX foi marcado por ideias de desenvolvimento que influenciaram na organização e no planejamento dos espaços. Embora com conteúdos aparentemente distintos, muitas dessas ideias contribuíram para encobrir realidades marcadas pela desigualdade social e pobreza. Desse modo, o objetivo deste texto é trazer à baila a relação entre tais concepções e o planejamento das cidades na América Latina. Esse lócus foi escolhido devido o seu particular mal-estar com o processo de modernização, compreendido à época como propulsor do desenvolvimento dos países. Trata-se de um texto de revisão de literatura, direcionado principalmente pelas discussões de Esteva (2000), Gaitán (2001), Martin-Barbero (2006) e Vainer (2003). Como organização textual apresenta-se inicialmente a relação entre as ideias de desenvolvimento (em sua visão reducionista de progresso econômico) e modernização. E, em um segundo momento, exemplificam-se modelos de cidade na América Latina, propostos e desenvolvidos com base em tal concepção de desenvolvimento. A partir do diálogo com autores pode-se inferir que, desenvolver-se no século XX significou remodelar-se aos padrões dos países capitalistas centrais, resultando assim em modelos de cidades que, em geral, desconsideraram as especificidades e realidades latino-americanas.

Palavras-chave: Desenvolvimento, cidades planejadas, modernização, América Latina.

IDEAS DE DESARROLLO Y CIUDADES PLANIFICADAS EN AMÉRICA LATINA DEL SIGLO XX

¹ O presente artigo é produto do Projeto de Pesquisa institucionalizado pela **resolução CEPEX2019 nº 207 – UNIMONTES**.

² Doutoranda em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Docente no curso de Serviço Social da referida universidade.

³ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Docente no curso de Direito e no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

RESUMEN

A nivel mundial, el siglo XX estuvo marcado por ideas de desarrollo que influyeron en la organización y planificación de los espacios. Aunque con contenidos aparentemente diferentes, muchas de estas ideas contribuyeron a encubrir realidades marcadas por la desigualdad social y la pobreza. Así, el propósito de este texto es plantear la relación entre tales concepciones y la planificación de las ciudades en América Latina. Este locus fue elegido por su particular malestar con el proceso de modernización, entendido en su momento como motor del desarrollo de los países. Es un texto de revisión de la literatura, guiado principalmente por las discusiones de Esteva (2000), Gaitán (2001), Martín-Barbero (2006) y Vainer (2003). Como organización textual, se presenta inicialmente la relación entre las ideas de desarrollo (en su visión reduccionista del progreso económico) y la modernización. Y, en un segundo paso, se ejemplifican, proponen y desarrollan modelos de ciudad en América Latina a partir de esta concepción del desarrollo. Del diálogo con los autores se desprende que desarrollarse en el siglo XX significó remodelar los estándares de los países capitalistas centrales, dando como resultado modelos de ciudad que, en general, despreciaban las especificidades y realidades latinoamericanas.

Palabras-clave: Desarrollo, ciudades planificadas, modernización, América Latina.

DEVELOPMENT IDEAS AND PLANNED CITIES IN LATIN AMERICA IN THE 20TH CENTURY

ABSTRACT

Globally, the 20th century was marked by development ideas that influenced the organization and planning of spaces. Although with apparently different contents, many of these ideas contributed to cover up realities marked by social inequality and poverty. In this way, the objective of this text is to bring up the relationship between such conceptions and the planning of cities in Latin America. This locus was chosen due to its particular discomfort with the modernization process, understood at the time as a driving force for the development of countries. It is a literature review text, directed mainly by the discussions of Esteva (2000), Gaitán (2001), Martín-Barbero (2006) and Vainer (2003). As a textual organization, the relationship between the ideas of development (in its reductionist view of economic progress) and modernization is initially presented. And, in a second step, city models in Latin America are exemplified, proposed and developed based on this conception of development. From the dialogue with authors, it can be inferred that developing in the 20th century meant reshaping the standards of the central capitalist countries, thus resulting in city models that, in general, disregarded Latin American specificities and realities.

Keywords: Development, planned cities, modernization, Latin America.

INTRODUÇÃO

O presente texto propõe um diálogo entre as ideias de desenvolvimento predominantes no século XX e seu desdobramento sobre o planejamento das cidades na América Latina. Trata-se de uma

discussão teórica, cujo foco centra-se nos principais planos e perspectivas urbanas desenvolvidas nesse período. Desse modo, possui como pergunta balizadora: Existe alguma relação entre as ideias de desenvolvimento e de cidades planejadas? Diante das teorias do desenvolvimento social, coube indagar se haveria possibilidade de correlacionar as temáticas e encontrar um fio condutor entre elas. Modelos de cidade são traçados na história da humanidade e, conforme determinadas relações econômicas e políticas se acirram ou se modificam, tais planos também passam por novas configurações.

A América Latina não ficou à parte de tais modelos e, devido à condição de desigualdade social e econômica de muitos dos seus países, a efetuação de determinados planos de gestão urbana foi vista como única opção de inserção das cidades no caminho do desenvolvimento. No Brasil, em meados do século XX, a construção de Brasília (nova capital) foi defendida pelo então presidente Juscelino Kubitschek como possibilidade do país desenvolver regionalmente e se estabelecer nas relações de âmbito internacional. No entanto, o que a história revela é que essa tentativa de internacionalização desencadeou ora no mascaramento das desigualdades sociais já existentes e ora em seu acirramento.

Apesar de Brasília não ser o foco de análise específica, foi o seu processo de construção que motivou a escrita do presente texto. Refletir como determinadas ideias e fenômenos são apresentadas como únicas opções de superação de condições específicas desencadeadas, em geral, pela própria dinâmica do capital, e de que modo a aplicabilidade de tais ideias incidem de forma desigual sobre as cidades, acirrando ainda mais suas condições de dependência e desigualdade é o que nos proporcionará tecer o fio condutor de análise.

A discussão ampara-se na revisão bibliográfica como procedimento metodológico central de construção do pensamento, que por sua vez, desenvolveu-se a partir das seguintes etapas: identificação dos principais autores que dialogam com a temática proposta, bem como os pontos de convergência, complemento ou divergência de ideias; organização do diálogo a partir de categorias conceituais e consideração do contexto histórico dos acontecimentos. O texto apresenta duas seções, sendo a primeira a relação entre as ideias de desenvolvimento (em sua visão reducionista de progresso econômico) e modernização. A segunda seção traz à baila exemplos de modelos de cidade na América Latina, propostos e desenvolvidos com base em tal concepção de desenvolvimento.

1. Desenvolvimento e Modernização na América Latina no século XX

Antes de desenvolver a discussão acerca das cidades planejadas é importante fazer breves ponderações acerca da perspectiva desenvolvimentista, cuja disseminação pelo mundo a partir do fim da década de 1940 teve rebatimento nas relações entre países e influenciou também relações locais, entre cidades. Porém, antes de adentrar especificamente no período desenvolvimentista, alguns apontamentos serão ressaltados.

A América Latina é dotada de experiências de instrumentalização da razão para fins de poder e dominação. De acordo com Martín-Barbero (2006) tais experiências estiveram presentes antes

mesmo da teoria da razão instrumental dos estudiosos de Frankfurt e representaram uma modernização que, ao buscar legitimação do capital, desconsiderou a razão histórica dos países latino-americanos, nos quais se viram imersos em um bojo de relações econômicas que impossibilitavam a incorporação de outros tipos de desenvolvimento para além da lógica instrumental.

Ainda de acordo com o autor, situar a modernidade nesse contexto é trazer à tona o nosso particular mal-estar com tal processo, cuja descrição pode ser feita da seguinte maneira: “o mal-estar com a modernidade remete às ‘imagens otimizadas’ que os latino-americanos construíram a partir do processo modernizador europeu e cuja origem se encontra na tendência a definir a diferença latino-americana em termos de ‘deslocamento paródico’ de um modelo europeu, configurado por um alto grau de pureza e homogeneidade” (Martín-Barbero, 2006, n. p). Tais imagens estão longe de retratarem as relações que de fato ocorreram na Europa, haja vista que, o processo modernizador europeu aconteceu de modo híbrido e desigual, mesclou passado, presente e imprevisibilidade futura.

Com o final de segunda guerra mundial os Estados Unidos ganharam força política e econômica não experienciada em anos precedentes. O discurso de posse do presidente Truman em janeiro de 1949 era de que, os avanços científicos e industriais auferidos nas áreas norte-americanas seriam disponibilizados aos países intitulados por ele de subdesenvolvidos de modo a propiciar-lhes crescimento. No entanto, como vê Esteve (2000, p. 61), o que se propunha era um modelo de desenvolvimento de cima para baixo, que desconsiderava especificidades e realidades de diversos países. Sob uma roupagem democrática, a ideia desse desenvolvimento “converte a participação em um truque manipulativo para envolver indivíduos em conflitos para obter algo que os poderosos querem lhes impor”. A ideia de subdesenvolvimento implicou em uma percepção de quem estava fora dos padrões norte-americanos, de forma mais precisa, em um enquadramento do “eu” (desenvolvido) e do “outro” (o oposto de mim, portanto, subdesenvolvido).

Desse modo, durante o século XX o conceito de desenvolvimento sofreu uma alteração drástica em sua significação e foi adotada rapidamente pelos demais países ao redor do mundo sob um aspecto reducionista, com foco no crescimento da renda per capita em detrimento da distribuição de renda.

Gaitán (2001) traz à baila as tensões que compõem o desenvolvimentismo (período pós-segunda guerra mundial), sendo uma delas a problemática existente na relação Estado e Mercado, instituições em constante relação na sociedade capitalista. No período pós-guerra os estudos acerca do desenvolvimento tinham como grande preocupação a retomada do crescimento das economias consideradas estancadas, sendo, em geral, voltados para questões próprias do capitalismo, como por exemplo, aquelas relacionadas ao crescimento, produção e distribuição de bens econômicos.

A concepção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico esteve intrínseca à teoria da modernização, sendo o progresso um objetivo a ser alcançado de modo linear e por etapas. Acreditava-se que isso propiciaria aos países a saída de modelos tradicionais, considerados arcaicos. Assim, desenvolver significou uma remodelagem baseada nos padrões dos países capitalistas centrais através da modernização tanto das condições econômicas e sociais, quanto

institucionais e ideológicas. A teoria da modernização objetivou reproduzir nos países, intitulados à época de terceiro mundo, modelos advindos das sociedades ocidentais consideradas desenvolvidas. Nesse cenário a capacidade de gerar riqueza era o que definia o nível de desenvolvimento dos países e regiões.

O início da segunda metade do século XX foi marcado pelo despertar de um interesse inesperado: a preocupação com o desenvolvimento de medidas imediatistas que aliviassem a pobreza existente no mundo. Apesar da meta inicial de criação de serviços, atendimentos básicos e formação de profissionais na área assistencial, o que tomou fôlego e prioridade foi a preocupação com o desenvolvimento da industrialização e do crescimento do Produto Nacional Bruto, de modo que, a intenção de alívio da pobreza foi pouco empregada, (embora o relatório periódico das Nações Unidas dizia que os programas sociais obtiveram melhoras contínuas) e obscurecida por tais quantificadores econômicos.

Além disso, Esteva (2000, p. 65) aponta que “na América Latina, o *Peace Corps*, o *Point Four Program*, a Guerra à Pobreza e a Aliança para o Progresso contribuíram para fixar ainda mais a noção de subdesenvolvimento na percepção popular e para aprofundar o sentimento de deficiência que essa percepção tinha criado”. A nova ideia de desenvolvimento não foi isenta de críticas, haja vista ter sido considerada como uma tentativa de colocar nova roupagem ou usar novas expressões para fenômenos que há muito tempo existiam, como a pobreza e o atraso, ambos atrelados a forte exploração capitalista e ao processo de colonização ocorrido em várias partes do mundo. Dessa forma, o subdesenvolvimento era nada mais do que uma criação do próprio “desenvolvimento”.

A palavra (subdesenvolvimento) define uma percepção. Essa, por sua vez, torna-se um objeto, um fato. Ninguém parece suspeitar que o conceito não se refere a um fenômeno real. Ninguém parece compreender que ‘subdesenvolvido’ é um adjetivo comparativo cuja base de apoio é a premissa, muito ocidental, mas inaceitável e não demonstrável, da unicidade, homogeneidade e linearidade da evolução do mundo. Ela exhibe uma falsificação da realidade produzida através de um desmembramento da totalidade de processos interligados que compõem a realidade mundial e a subsequente utilização de um dos fragmentos resultantes deste desmembramento, isolado dos demais, como de referência geral (Esteva, 2000, P. 66)

Entre os anos de 1920 e 1950 a modernização na América Latina ocorreu por meio da adequação da economia dos seus diversos países às demandas do mercado mundial, sendo enfatizada a necessidade de substituição das importações e organização do mercado nacional. Especificamente nos anos de 1930 o foco recai sobre a entrada das economias nacionais no mercado internacional tendo em vista a construção de uma cultura nacional, que por sua vez, transformaria de fato esses países em nações. Projetos populistas catalisados por demandas por direitos relacionados ao acesso

a saúde, habitação, educação e lazer ganharam fôlego. Nas décadas finais de 1950 o projeto de modernização com caráter populista entra em crise, em parte devido à radicalidade de suas demandas sociais, as quais não conseguiram sobreviver em um cenário que impossibilitou mudanças bruscas.

É com o enfraquecimento do projeto de modernização populista que a proposta desenvolvimentista ganha força. Esta, por sua vez, atribuía à pobreza dos países latino-americanos a ausência de produção, sem a qual se torna impossível uma promoção da justiça. O foco voltou-se para o crescimento econômico dos países, ou, como era intitulado na época, para o seu real desenvolvimento. “O desenvolvimentismo nos dirá que as reformas sociais já são suficientes e que precisamos é passar de uma concepção política a *uma visão* técnica dos problemas e de suas soluções” (Martín-Barbero, 2006, n. p). As décadas de 1950 e 1960 foram caracterizadas por um denso processo de modernização ligado ao investimento nas indústrias culturais. Nesses anos a América Latina foi marcada por processos e práticas políticas de expansão urbana, investimentos em educação (resultando na redução da taxa de analfabetismo), ampliação dos meios de comunicação de massa e estabelecimento de um mercado cultural. Esse último, vinculado aos demais processos, criou uma ideia de modernidade latino-americana voltada para o consumo, haja vista a substituição de formas de vida tradicionais por lógicas ligadas ao mercado.

As experiências culturais deixaram de corresponder linear e exclusivamente aos âmbitos e repertórios das etnias e classes sociais. Há um tradicionalismo das elites letradas que nada tem a ver com o dos setores populares e um modernismo que ‘se encontram’ – convocadas pelos gostos que conformam as indústrias culturais – boa parte das classes altas e médias com a maioria das classes populares (Martín-Barbero, 2006, n. p).

Em meados dos anos de 1970 houve o enfraquecimento dos estudos sobre desenvolvimento, em parte devido à disseminação de ideias sobre o fim dos projetos nacionais e pelo contexto marcado, dentre outras características, pela alta na inflação, diminuição do crescimento econômico, dificuldade de adaptação dos países periféricos às demandas da economia mundial e crescimento das dívidas dos países (Gaitán, 2001).

Os anos posteriores até a década de 1980 (conhecida como década perdida) abarcaram discussões ora otimistas e ora pessimistas acerca do desenvolvimento e a pauta relacionada à melhoria da qualidade de vida das populações pobres esteve presente de forma recorrente. Os anos de 1990 foram marcados pela tentativa de re-desenvolvimentismo, ancorada no discurso de desenvolver novamente o que não alcançou êxito. Essa perspectiva impactou de forma negativa os países periféricos, que por sua vez, serviram de depósitos para os resíduos não desejados dos países centrais. De acordo com Gaitán (2001) o período de transição para economias abertas se deu sob forte influência do conservadorismo neoclássico, os governos latino-americanos incorporaram o ideário neoliberal. Porém, esse período foi marcado por uma dualidade de momentos: em

concomitância com os processos de remodelagem do estado, privatizações e desregulação das atividades econômicas, estruturou-se também uma nova ideia de desenvolvimento, abarcando os campos sociais e ambientais.

A ampliação do significado do desenvolvimento contou com a participação de organismos multilaterais, como é o caso da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, que por sua vez, apresentou pela primeira vez na redação de seu relatório final, na década de 1980, o termo desenvolvimento sustentável. No entanto, como afirma Gaitán (2001, n. p) “critica-se a ideia de Desenvolvimento Sustentável argumentando que só apela ao desenvolvimento econômico em sua concepção tradicional, sem uma verdadeira alternativa, descartando a distribuição da riqueza [...]. Em outras palavras, trata-se da simples retórica”.

Como veremos no decorrer do texto, a partir dessa década foi proposto, principalmente na América Latina, um modelo de cidade competitiva que, apesar de possuir ideias com viés democrático, mascarou determinadas realidades sociais.

2. Modelos de Cidade na América Latina

Apesar de semelhantes, os conceitos de cidades planejadas e planejamento urbano são distintos. Cidade planejada é aquela que teve sua origem a partir de um plano, um desenho, foi cuidadosamente pensada. Já o Planejamento Urbano foca no estudo do crescimento e funcionamento das cidades já existentes, a maioria com complexos problemas espaciais, sociais, ambientais.

Como afirma Gaitán (2001) ahistoricidade e abstraticidade não são características dos mais variados projetos de sociedade passados e presentes. A América Latina apresentou modelos diferenciados de cidade ao longo da história, sendo que alguns possuíam viés higienista, de “limpeza” dos espaços a partir da segregação dos pobres. Conhecida por muitos autores como *utopia médica ou higienista*, ela é considerada por Vainer (2003) como a primeira e fundamental utopia urbana. Datada do final do século XVIII e início do século XIX, encontrou lugar no Brasil principalmente através das figuras representativas de Oswaldo Cruz e Pereira Passos, responsáveis pela reforma urbana da capital da República, à época, Rio de Janeiro. Desenvolvida com base em ampla crítica ao crescimento populacional e ancorada num discurso de ordem urbana, tal utopia consolidou-se com a disseminação de ideias que visualizavam o estado pós-industrial das cidades - marcado pelo crescimento do êxodo rural - como um estágio de perigo, de cidades doentes ou com endemias iminentes.

No século XX destaca-se o planejamento urbano modernista ou a utopia da urbanização modernista. Esta apresentou em sua aplicação uma série de paradoxos, sendo um deles o mascaramento das relações de desigualdade existentes nas cidades. Como exemplo brasileiro, tem-se a cidade de Brasília, cuja construção foi vista, de início, por imigrantes de todas as partes do país, principalmente do Nordeste, como esperança presente relacionada ao trabalho e também como anseio futuro de permanência e moradia na cidade.

No entanto, o Plano Piloto de Brasília não incluía os trabalhadores pobres e suas famílias, pelo contrário, restringia-se a um grupo seleto de pessoas, de modo que, os *excluídos* eram realocados, na maioria das vezes, em lugares distantes, conhecidos à época como cidades-satélites. Esses locais foram marcados pela ausência de condições mínimas de sobrevivência, tais como saneamento básico e energia elétrica. Representaram à época o oposto do urbanismo modernista. Eram locais onde a pobreza era escondida, tirada da visibilidade da grande cidade (podemos verificar aqui marcas da utopia higienista).

A esperança que pairava entre as pessoas que participaram da construção da nova capital do país não foi criada deslocada dos discursos divulgados pelo governo da época. Ecoava-se por toda parte do país falas de que seria por meio da construção da cidade, milimetricamente planejada, que o país superaria sua condição de desigualdade e pobreza. Brasília seria o caminho para o Novo Futuro, traria desenvolvimento regional e ampliaria as relações internacionais do país. Era por meio da cidade que o desenvolvimento do país se daria. No entanto, assim como em outras cidades da América Latina, o que de fato aconteceu foi o acirramento do distanciamento entre ricos e pobres. De acordo com Maricato (2009, p. 14),

não é por falta de Planos Urbanísticos que as cidades periféricas apresentam problemas graves. Mas porque seu crescimento se faz ao largo dos planos aprovados nas Câmaras Municipais, seguindo interesses tradicionais que comandam a política local e grupos específicos ligados ao governo de plantão.

O “desenvolvimento” proposto tanto no Planejamento Urbano com caráter predominantemente higienista, quanto na utopia modernista, era seletivo e não teve como foco o benefício de todos os cidadãos. Em geral, destinou-se aos mais ricos e aos interesses de grandes empresas, nas quais se apresentaram para as cidades como potentes geradoras de emprego e renda, mas que, na verdade, apenas usufruíam das benesses concedidas pelos gestores locais.

A partir da década de 1990 o Planejamento Urbano Modernista dá lugar a outro movimento, também liderado por técnicos e que não abarcou os princípios da utopia da cidade democrática⁴: O *Plano Estratégico*. Este, por sua vez, teve na América Latina a roupagem de salvador das cidades e, apesar de apresentar-se como democrático e participativo, teve como característica marcante a proximidade com as ideias de cunho neoliberal. “Uma receita para os países e outra receita para as cidades se adequarem aos novos tempos de reestruturação produtiva no mundo, ou mais exatamente, novos tempos de **ajuste** da relação de subordinação as novas exigências do processo de acumulação capitalista [...]” (Maricato, 2009, P.15).

Tal plano reforçou a ideia de “cidade autônoma” (cidade que compete com as demais na busca de investimentos) e apoiou o espaço privilegiado do mercado, pautado em princípios de

⁴ A utopia da cidade democrática consiste no reconhecimento dos cidadãos como agentes produtores das cidades, como cidadãos detentores do direito de fazer a cidade. Segundo Vainer (2003), tal utopia é empregada hoje de forma muito tímida, haja vista que, embora tenhamos o planejamento participativo, maior parte das agendas apresentadas pelos representantes de bairros e áreas não é incluída nos planos gestores, prevalecendo assim, outros interesses.

desregulamentação, privatização e fragmentação. Apesar das várias adjetivações atribuídas à cidade (*cidade pátria, cidade corporativa, cidade mercadoria, cidade empresa*), o objetivo era único: minimizar os conflitos internos por meio do esforço e do consenso a fim de sobreviver. Concomitante a isso, era fundamental a presença de alguns serviços, como exemplo, hotéis de luxo, centros de pesquisas e de convenções.

No final dos anos 1990, o Plano Estratégico conseguiu lugar até mesmo em alguns governos progressistas da América Latina. No Brasil, podemos citar como exemplo o caso da cidade de Santo André, governada à época pelo Partido dos Trabalhadores. Dentre os motivos da adesão ao plano, Maricato (2009) afirma o fato de suas diretrizes valorizarem a participação democrática, além disso, o plano apresentou distanciamento com a ideia de urbanismo burocrático, responsável por dificultar soluções mais flexíveis de cunho comunitário e com especificidades locais. No entanto, é importante ressaltar o paradoxo contido em seu conteúdo, haja vista que, embora houvesse uma pretensa valorização da participação democrática, “o convite à participação, nesse modelo, implica e, subordina os interesses de muitos aos interesses hegemônicos” (Maricato, 2009, p. 15).

Frequentemente a adesão ao Plano Estratégico e ao ideário neoliberal era difundida como a única opção para alcance de qualidade de vida, de modo que, esta somente seria possível na medida em que as cidades adotassem padrões de competitividade em escalas internacionais. No entanto, não é possível negar que a globalização implicou no acirramento da exclusão social das cidades e também não é possível dizer que, autores como Castells, defensores desse modelo, desconheciam os efeitos perversos da globalização. Sim, eles conheciam. Mas a ideia defendida era a de que somente a competição em escala global propiciaria a atração de investimentos e conseqüentemente, de empregos.

O modelo de planejamento urbano com base na ideia de cidades competitivas implica que as administrações locais assumam papéis que divulguem e incentivem a venda da imagem da cidade, assim, a administração urbana apresenta também um caráter empresarial e como aponta Vainer (2000), despolitizado. A cidade torna-se objeto de negócio, torna-se *city (em detrimento da polis)*. Estabelece uma junção entre cidade pátria, cidade empresa e cidade mercadoria, de modo a incluir em seu projeto uma identidade social, na qual, segundo o autor, cria a cidade do pensamento único.

Cabe-nos pensar: O final do século XX foi marcado pela onda liberal de redução do controle estatal sobre a economia, diante disso, seria o fim do seu papel planejador? Ou as ações do Estado foram reorientadas? É fato que governos locais absorveram muitas das ideias do Plano Estratégico, embora sua aplicabilidade não se desse de modo explícito na maioria das cidades como um todo. O modelo de cidade competitiva não significou o abandono das projeções do futuro, pelo contrário, difundiu ainda mais a ideia de construções de cidades póstumas. Ao futuro foram atribuídas tanto imagens positivas relacionadas à produção e “sustentabilidade”, quando imagens negativas, com cogitações de intempéries e desastres ambientais.

Ao ofertar qualidade de vida, as cidades manteriam profissionais altamente qualificados e os benefícios se derramariam do topo da pirâmide social de modo a atingir as populações dos estratos mais baixos. No entanto, o que houve foram cidades menos integradas, marcadas por relações de segregação. Mesmo fora da América Latina, como em Barcelona, cidade representativa do “sucesso”

da implementação do plano, era percebido a presença de distanciamentos sociais, como por exemplo, pessoas habitando as ruas. Embora tais distanciamentos se acirraram com a influência de uma crise mundial, marcada pelo crescimento expressivo do número de desempregados e aumento do contingente de pessoas morando nas ruas etc, pensava-se que as cidades, ao se inserirem em espaços de competitividade, estariam mais imunes a estes tipos de obstáculos. O caso de Barcelona nos remete ao fato de que, a inserção em tal competitividade levou as cidades a certa vulnerabilidade no que tange as oscilações o mercado mundial.

Martins (2011) afirma que, embora se atribua várias significações para o conceito de globalização, é com a inserção do termo no processo de formação do Moderno Sistema Mundial que o conceito ganha mais concretude. No que diz respeito propriamente ao referido sistema, este teve início com as navegações oceânicas do século XVI, mas é a partir do século posterior, com o advento da revolução industrial, que realmente se estabelece. Como forma de explicar melhor acerca da globalização o autor traz à baila a discussão da revolução científico-técnica, sendo por meio da mundialização desta que a globalização se desenvolve.

De modo mais específico Martins (2011, p. 113) traz a seguinte definição: “propomos aqui compreender a globalização como um processo revolucionário que confronta o modo de produção capitalista e sua superestrutura jurídico-política e ideológica”. Nesse processo há uma relação de dependência em que, excedentes são gerados na América Latina por meio de uma expropriação internacional. No modo de produção capitalista é a junção entre maquinaria e força de trabalho que contribui para que tal excedente se expanda.

Embora a revolução industrial interiorizasse algumas tecnologias, manteve-se a dependência do aumento da força de trabalho. Nesse período a ciência estava presente, mas como força secundária. Até meados do século XX o número de trabalhadores em indústrias constituiu um indicador de desenvolvimento de um Estado. No entanto, com a revolução científico-técnica é a ciência quem se torna uma força considerada no crescimento econômico.

De acordo com Martins (2011) tal revolução, a depender da localização, ocorreu em momentos distintos. Nos países capitalistas centrais seu início é datado entre 1940 a 1960, já na economia mundial, materializa-se a partir dos anos 1970 a 1980. O capitalismo contemporâneo apresenta contradições, sendo uma delas aliada ao processo de inovações tecnológicas, que, sob o domínio da globalização diminui o número de trabalhadores e mina pequenos e médios capitais, tanto no centro quanto na periferia capitalista.

Assim, acirra-se a competição entre as empresas globais, de modo que estas se deparam diante da disseminação de suas tecnologias entre seus concorrentes empresariais, cuja consequência é a diminuição das taxas de lucro. A globalização da superexploração do trabalho, que tipifica a América Latina, entra em cena como uma das alternativas de superação desse decréscimo.

As multinacionais, ao atuarem em âmbito internacional, além de acirrarem competição desfavorável entre pequenas e médias empresas, fornecem (de modo oligopolizado) bens e insumos, e estipulam preços exorbitantes das mercadorias. Tal fato incide sobre os pequenos e médios capitalistas, que por sua vez, repassam tal custo aos trabalhadores em forma de rebaixamento e precarização das condições de trabalho (Martins, 2011).

Assim, as metrópoles dos países periféricos expressam de forma significativa os contrastes e contradições desencadeados por esses processos. Como exemplo disso, tem-se o fato de parcela da população habitar em locais improvisados, sem nenhuma garantia legal e em condições precárias. Em geral, as casas são construídas sem suporte adequado e sem financiamento formal, fato que contribui ainda mais para uma situação diária de instabilidade e incertezas. Apesar do trabalhador ser incluído como População Economicamente Ativa, encontra-se fora do mercado residencial capitalista, restando-lhe assim, habitar em beira de córregos, encostas íngremes e locais passíveis de desmoronamento e enchentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Planejamento Urbano no contexto da globalização é marcado por ações que priorizam interesses voltados ao mercado e a sua atratividade. Diante disso, anseios e esperanças de construção de cidades com pensamentos múltiplos são, em geral, frustrados pela predominância do valor de troca das cidades. As relações de poder e dominação, próprias do sistema econômico e social vigente, recaem sobre as cidades de modo a criar marcadores e segregações socioespaciais. Embora haja o discurso de um pretense desenvolvimento, este não alcança a todos e produz e reproduz desigualdades sociais, haja vista que, ao reduzir o desenvolvimento a uma questão meramente econômica, ataques são direcionados a serviços voltados aos mais pobres. Ao contrário do glamour, atribuído a globalização pelas mídias, a realidade foi marcada crescimento do desemprego, ataque as políticas sociais e maior precarização do trabalho.

As ideias de desenvolvimento predominantes no século XX, embora com nomenclaturas distintas, convergiram numa mesma direção. Suas visões reducionistas, focadas meramente no crescimento econômico, contribuíram para o mascaramento de realidades marcadas pela desigualdade social e pobreza. A ideia de cidades competitivas, aparentemente democrática, se alinhou muito com os princípios neoliberais, fato também percebido na tentativa de inclusão de uma perspectiva de sustentabilidade.

Por fim, cabe-nos fazer um parêntese para o fato de que, embora diante de todo esse contexto pessimista, as metrópoles dos países periféricos, locais de maior visibilidade dos conflitos urbanos, são também lócus de movimentos de resistência e representatividade cidadina. A exemplo disso, tem-se a cidade de Campeche, localizado no Sul do Brasil, em que seus moradores a base de muita resistência conseguiram implementar um Plano Diretor feito pela própria população. Ainda no Brasil, capitais como Rio de Janeiro e São Paulo são exemplos de cidades com movimentos sociais específicos de lutas por outras formas de se fazer cidade.

REFERÊNCIAS

Esteve, Gustavo. (2000). Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. Dicionário do desenvolvimento: guia do conhecimento como poder. Vozes. Petrópolis.

- Gaitan, Flavio. (2001). Desenvolvimento Esquivo e as Tensões do Desenvolvimentismo: Reflexões sobre a América Latina na hora atual. In: BOSCHI, Renato. (Org.) Variedades de Capitalismo e Desenvolvimento na América Latina. Editora da UFMG. Belo Horizonte.
- Maricato, Ermínia. (2009). Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo. Revista VeraCidade. Ano IV. Nº 4.
- Martín-Barbero, Jesús. (2006). Projetos de Modernidade na América Latina. In DOMINGUES, José Maurício; MANEIRO, María. (Orgs.) América Latina Hoje. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.
- Martins, Carlos Eduardo. (2011). Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. Boitempo. São Paulo.
- Vainer, Carlos B. (2003). Utopias urbanas e o desafio democrático. Revista Paranaense de Desenvolvimento. n. 105, jul.- dez. P. 25-31. Curitiba.